

Bancos apresentam ao México condição para reduzir dívida

por Stephen Fidler
do Financial Times

Os bancos comerciais responderam ontem ao pedido do México de uma significativa redução de suas dívidas externas com algumas propostas que provavelmente desapontarão o governo mexicano, mas que admitiram os princípios gerais exigidos por seus negociadores.

O Comitê Assessor, formado por quinze bancos credores, liderados pelo Citibank, dos Estados Unidos, reiniciou ontem as negociações com representantes do governo mexicano com o objetivo de elaborar um acordo histórico, que será o primeiro a incorporar as idéias sobre a redução da dívida anuncias das em março pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady.

Espera-se que os bancos só aceitem um acordo por três anos, em vez de seis anos, como pediu o México. Além disso, segundo os cálculos dos bancos, o México só precisa de US\$ 1,6 bilhão anual para redução de sua dívida. O governo mexicano pediu US\$ 4,2 bilhões anuais.

Seja como for, o Comitê Assessor deverá permitir a rolagem dos pagamentos de juros transformando-os em principal, processo conhecido como capitalização dos juros ou reciclagem de juros.

Será esta a primeira vez que isso é concedido em um acordo de reescalonamento durante os seis anos e meio da crise da dívida latino-americana.

As propostas mexicanas permitem que os bancos contribuam de uma destas quatro maneiras: novos

emprestimos, equivalentes a 80% dos pagamentos de juros — capitalização de 80% dos juros — uma redução do principal da dívida a 45% do valor de face sobre US\$ 30 bilhões de empréstimos — e a conversão de US\$ 10 bilhões de empréstimos na mesma quantidade de bônus de 4%.

Funcionários do Tesouro dos Estados Unidos concordaram com a opinião dos banqueiros ao afirmarem que este pedido é extremamente agressivo. A avaliação mexicana de um barril de petróleo de US\$ 12 para suas exportações de petróleo é geralmente considerada pelos banqueiros como muito conservadora.

Acredita-se porém que alguns bancos credores im-

portantes acham que US\$ 1,6 bilhão por ano será insuficiente para incentivar a confiança no México e garantir sua posição orçamentária.

QUESTÕES PENDENTES

Os bancos admitiram que as quatro opções deverão fazer parte de qualquer pacote a ser combinado. Mas disseram que os detalhes sobre esses pontos dependerão das decisões, prometidas para breve, do Grupo dos Sete (G-7) países mais industrializados a respeito do proposto Plano Brady.

Os governos do G-7 devem ainda resolver duas questões-chave: quanto apoio financeiro o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial poderão

destinar para acelerar a redução da dívida dos países devedores e se estas duas instituições serão autorizadas a destinar recursos para apoiar os pagamentos de juros aos bancos.

Seja como for, os banqueiros disseram que poderá ser concluído um acordo antes do dia 31 de julho, quando expira o pacto social do México. Isso é considerado de modo geral como um fator crítico para manter a confiança e evitar mais fuga de capital.

Importantes banqueiros acreditam que os membros do G-7 são partidários de que os benefícios da redução da dívida sejam distribuídos por um bom número de anos.